



CÓD: OP-096ST-23
7908403542192

PC-SP

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

350 questões gabaritadas

GABARITANDO

Delegado de Polícia de 3ª classe

CADERNO DE QUESTÕES

Questões Gabaritadas:

1. Direito Penal	5
2. Direito Processual Penal	15
3. Criminologia.....	23
4. Legislação Especial.....	31
5. Medicina Legal.....	39
6. Direito Constitucional	47
7. Direitos Humanos	55
8. Direito Administrativo.....	63
9. Direito Civil.....	71
10. Noções de Informática	79

DIREITO PENAL

DIREITO PENAL

1. VUNESP - DEL POL (PC RR)/PC RR/2022

Assunto: Direito Penal - Conceitos, Objeto, Teorias e Evolução do Direito Penal

A respeito das escolas penais do Direito Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) A escola Clássica é caracterizada pela finalidade utilitarista da pena, o livre arbítrio do indivíduo, sendo o crime considerado um fenômeno social.
- (B) A escola Positivista é caracterizada pela finalidade retributiva da pena, o livre arbítrio do indivíduo, sendo o crime considerado uma violação ao direito.
- (C) A escola Clássica é caracterizada pela finalidade utilitarista da pena, o determinismo, sendo o crime considerado um fenômeno social.
- (D) A escola Positivista é caracterizada pela finalidade utilitarista da pena, o determinismo, sendo o crime considerado uma violação ao direito.
- (E) A escola Clássica é caracterizada pela finalidade retributiva da pena, o livre arbítrio do indivíduo, sendo o crime considerado uma violação ao direito.

2. VUNESP - DEL POL (PC RR)/PC RR/2022

Assunto: Direito Penal - Conceitos, Objeto, Teorias e Evolução do Direito Penal

A escola penal em referência pode ser considerada o nascedouro dos princípios da proporcionalidade da sanção penal e da legalidade. Para os representantes dessa escola penal o crime é um conceito meramente jurídico. A responsabilização penal é calcada na ideia do livre arbítrio, assumindo a pena caráter meramente retributivo. A escola penal retratada é:

- (A) Escola Positivista.
- (B) Escola Correccionalista.
- (C) Escola Clássica.
- (D) Escola Técnico-Jurídica.
- (E) Terceira-Escola.

3. VUNESP - ESC POL (PC RR)/PC RR/2022

Assunto: Direito Penal - Princípio da Legalidade Penal, da Anterioridade Penal e Demais Princípios Decorrentes

Com relação ao princípio da legalidade no direito penal, é **correto** afirmar que

- (A) ninguém poderá ser punido por conduta que não esteja previamente definida como crime por lei em sentido estrito.
- (B) embora se trate de princípio basilar do direito penal, não consta expressamente da Constituição Federal.
- (C) é permitido o uso de normas penais vagas e imprecisas, possibilitando ao julgador ampla discricionariedade no enquadramento legal de condutas como criminosas.
- (D) é permitido o uso de analogia, a fim de punir penalmente condutas que atentam contra a moral e os costumes, ainda que não tipificadas como criminosas.
- (E) não há crime sem lei anterior que o defina, estando facultado ao juiz determinar a pena sem prévia cominação legal.

4. VUNESP - PER PAP (PC RR)/PC RR/2022

Assunto: Direito Penal - Princípio da Legalidade Penal, da Anterioridade Penal e Demais Princípios Decorrentes

Imagine que o Presidente da República, por intermédio de Medida Provisória, torne crime uma conduta "X" que, atualmente, não é criminalizada. Na mesma norma, fica previsto que as pessoas que praticaram a conduta "X" nos seis meses anteriores à edição da Medida Provisória serão criminalmente responsabilizadas. Diante desse cenário, é correto afirmar que a Medida Provisória

- (A) é instrumento legislativo hábil a criminalizar condutas, mas sua vigência deve obedecer a um prazo mínimo de 60 dias.
- (B) pode criminalizar condutas, obedecida a vacatio legis de 30 dias, mas não pode retroagir.
- (C) entrará em vigor imediatamente, mas perderá eficácia se não for apreciada em até quarenta e cinco dias contados de sua publicação.

(D) tem força de lei, mas não atende ao Princípio da Legalidade e a criminalização, portanto, é inconstitucional.

(E) tem vigência e eficácia a partir de sua adoção, mas não pode retroagir para criminalizar condutas que são anteriores à sua edição.

5. VUNESP - AG POL (PC RR)/PC RR/2022

Assunto: Direito Penal - Princípios Constitucionais de Direito Penal

Exclusivamente nos termos do art. 5º, XLIII da CF/88, são insuscetíveis de graça ou anistia

(A) os crimes hediondos, apenas.

(B) os crimes de preconceito e os crimes ambientais.

(C) os crimes praticados com violência contra a mulher em razão da condição de gênero.

(D) a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.

(E) a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos.

6. VUNESP - DEL POL (PC RR)/PC RR/2022

Assunto: Direito Penal - Princípios Modernos de Direito Penal

Tendo em conta os princípios fundamentais do Direito Penal, bem como as disposições constitucionais aplicáveis ao Direito Penal, assinale a alternativa **correta**.

(A) O princípio da dignidade da pessoa humana, no âmbito penal, implica vedação de tratamento degradante e cruel, servindo de fundamento, na jurisprudência dos tribunais superiores, à concessão de prisão domiciliar a preso em estado terminal.

(B) Em vista da reserva legal, vertente do princípio da legalidade, medida provisória, lei complementar, leis delegadas, resoluções e decretos não podem tratar de temática penal.

(C) O princípio de bis in idem veda que se utilize a reincidência como agravante genérico da pena.

(D) A aplicação do princípio da insignificância, pela jurisprudência dos tribunais superiores, prescinde de qualquer valoração pessoal do agente, bastando a inexpressividade da lesividade da conduta.

(E) O princípio da intranscendência da pena veda que se atribua punição com fulcro exclusivo em questões pessoais do autor, dissociada da prática de fato típico, ilícito e culpável.

7. VUNESP - MED-LEG (PC RR)/PC RR/2022

Assunto: Direito Penal - Conflitos de Leis Penais no Tempo

Imagine que um indivíduo, funcionário público, foi processado por uma conduta que caracteriza Crime contra a Administração Pública e condenado, somente, à pena de multa. Advém o trânsito em julgado, ou seja, não cabe mais qualquer recurso contra a decisão condenatória. Antes do pagamento da multa, há uma alteração da legislação penal, que deixa de considerar criminoso o fato pelo qual o sujeito foi condenado. Nesse cenário, é correto afirmar, de acordo com o art. 2º do CP, que

(A) aplica-se o novo regramento pelo princípio do *tempus regit actum* e, conseqüentemente, a multa não é mais devida.

(B) aplica-se o novo regramento pela retroatividade de lei penal mais benéfica e, conseqüentemente, a multa não é mais devida.

(C) aplicar-se-ia o novo regramento em caso de condenação à pena privativa de liberdade, apenas e, conseqüentemente, a multa é devida.

(D) aplicar-se-ia o novo regramento em caso de condenação a crime que não tivesse sido cometido contra a Administração Pública e, conseqüentemente, a multa é devida.

(E) não se aplica o novo regramento pelo fato ter sido praticado sob vigência do anterior e, conseqüentemente, a multa é devida.

8. VUNESP - ESC POL (PC RR)/PC RR/2022

Assunto: Direito Penal - Lei Excepcional ou Temporária

Com relação à lei excepcional e temporária, é **correto** afirmar que

(A) sua aplicação ocorrerá somente no período em que vigorarem as circunstâncias que determinaram sua criação.

(B) sua aplicação está prevista na Lei de Introdução ao Código Penal.

(C) sua aplicação ocorrerá, ainda que decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aos fatos ocorridos em sua vigência.

(D) sua aplicação ocorrerá apenas para períodos anormais, e sua vigência não tem duração determinada.

(E) sua aplicação está restrita ao direito penal militar em tempo de guerra.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. VUNESP - DEL POL (PC SP)/PC SP/2022

Assunto: Direito Processual Penal - Processo Penal, seus Sistemas e Princípios

Na evolução do direito processual penal, percebe-se a influência de outros ramos do direito. O _____ deu uma atenção ao aspecto subjetivo do crime, combateu a vingança privada, humanizou as penas, reprimiu o uso de ordálias e introduziu as penas privativas de liberdade em substituição às patrimoniais.

É **correto** afirmar que o ramo do direito que corretamente completa o enunciado é:

- (A) Direito Americano
- (B) Direito Romano
- (C) Direito Germânico
- (D) Direito Francês
- (E) Direito Canônico

2. VUNESP - AG POL (PC RR)/PC RR/2022

Assunto: Direito Processual Penal - Processo Penal, seus Sistemas e Princípios

A edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a processo penal

- (A) é admitida, mas só terá eficácia no ano civil subsequente.
- (B) é admitida, mas apenas em situação de estado de defesa ou estado de sítio.
- (C) é excepcionalmente admitida, mas a medida provisória perderá eficácia, desde a edição, se não for convertida em lei no prazo de sessenta dias.
- (D) é excepcionalmente admitida, mas a medida provisória perderá eficácia, desde a edição, se não for convertida em lei no prazo indicado em seu próprio texto.
- (E) é constitucionalmente vedada.

3. VUNESP - ESC POL (PC RR)/PC RR/2022

Assunto: Direito Processual Penal - Processo Penal, seus Sistemas e Princípios

A respeito das disposições constitucionais aplicadas ao Direito Processual Penal, é correto afirmar que

- (A) o princípio do contraditório, que garante a oportunidade de manifestação sobre todos os atos do processo, é exclusivo à defesa, não se aplicando a acusação.
- (B) o princípio da publicidade assegura que os atos processuais sejam públicos, excepcionada unicamente a hipótese de preservar a intimidade do acusado.

(C) a autodefesa, uma das formas de concretização do princípio da ampla defesa, é garantia indisponível, sendo nulo o processo em que não foi exercida pelo réu.

(D) o princípio do juiz natural garante que o acusado seja julgado por juiz determinado por regras de fixação de competência editadas antes do fato criminoso.

(E) o princípio do favor rei consagra que a dúvida relativa à prova favorece à sociedade, implicando a condenação do réu.

4. VUNESP - ESC POL (PC RR)/PC RR/2022

Assunto: Direito Processual Penal - Processo Penal, seus Sistemas e Princípios

A respeito do princípio do contraditório, é **correto** afirmar que

(A) não tem previsão expressa na Constituição Federal, decorrendo de tratados e convenções interacionais a que o Brasil ratificou.

(B) aplica-se somente aos processos judiciais, sendo incabível nos procedimentos administrativos, inclusive no inquérito policial.

(C) garante o direito à informação, seja por intermédio da citação ou da intimação, a fim de que se possa efetivamente participar do processo e do procedimento instaurados.

(D) tem aplicabilidade apenas à defesa, não se cogitando o princípio do contraditório à acusação.

(E) garante que o acusado participe da audiência de instrução, impedindo sua retirada da sala de audiências, nas situações em que a testemunha se disser intimada com a presença, obrigando a suspensão do ato e posterior realização de forma remota.

5. VUNESP - DEL POL (PC SP)/PC SP/2022

Assunto: Direito Processual Penal - Interpretação e integração da lei processual penal

É **correto** afirmar que o Direito Processual Penal possui como uma de suas fontes formais mediatas

- (A) a lei.
- (B) a Constituição Federal.
- (C) os costumes.
- (D) a analogia.
- (E) a interpretação extensiva.

6. VUNESP - DEL POL (PC SP)/PC SP/2022

Assunto: Direito Processual Penal - Interpretação e integração da lei processual penal

No que concerne à interpretação e aplicação da Lei Processual Penal, é **correto** afirmar que o Código de Processo Penal

- (A) admite apenas a aplicação da interpretação extensiva.
- (B) admite a aplicação analógica.
- (C) admite apenas a aplicação da interpretação analógica.

(D) não admite a aplicação da analogia e dos princípios gerais de direito.

(E) admite expressamente a interpretação autêntica.

7. VUNESP - PROM JUS (MPE RJ)/MPE RJ/2022

Assunto: Direito Processual Penal - Lei processual penal no tempo, no espaço e em relação às pessoas

Tício e outras três pessoas foram denunciadas pelo Ministério Público, pela prática, em tese, do crime de estelionato. A denúncia foi ofertada quando o crime de estelionato ainda era processável por ação penal pública incondicionada. A vítima, que lavrou o Boletim de Ocorrência, na audiência de instrução, expressamente manifestou o desejo de processar os acusados, muito embora não tenha, formalmente, representado. Encerrada a fase de instrução, o Juiz proferiu sentença condenatória. Além de condenar Tício e os demais acusados por crime de estelionato, o Juiz sentenciante também os condenou pelo crime de associação criminosa, perfeitamente narrado na denúncia. Na sentença, o Juiz também fixou a reparação do dano material no montante do prejuízo suportado pela vítima, acrescido de juros e correção monetária a partir da data dos fatos, a despeito de ausência de pedido expresso do Ministério Público. Tendo em vista a situação hipotética e levando em conta os preceitos contidos no Código de Processo Penal e a jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta.

- (A) Na esteira de entendimento sumulado pelo Supremo Tribunal Federal, tendo a denúncia sido oferecida na vigência da legislação anterior, não há retroatividade da lei posterior que passa a exigir representação, em respeito à teoria do ato perfeito.
- (B) Na esteira de entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça, ainda que a denúncia tenha sido oferecida na vigência da legislação anterior, há retroatividade da lei posterior que passa a exigir representação, em vista do caráter misto da norma.
- (C) Na esteira do entendimento dos Tribunais Superiores, que consagra o caráter informal da representação, tendo a vítima manifestado o desejo inequívoco de processar os acusados, a ausência de documento formal não inviabiliza a condenação dos acusados.

(D) Encerrada a instrução, tendo o juiz entendido pela prática de crime não capitulado na denúncia, ainda que narrado, não poderia proferir, desde logo, sentença condenatória, sendo necessário remeter os autos ao Ministério Público, para fins de emendatio libelli.

(E) Na esteira do entendimento dos Tribunais Superiores, a ausência de pedido expresso, na denúncia, de fixação de valor de reparação do dano não impede que o Juiz o fixe quando em causa crimes patrimoniais, em que o montante do prejuízo experimentado pela vítima é narrado na exordial acusatória.

8. VUNESP - DEL POL (PC RR)/PC RR/2022

Assunto: Direito Processual Penal - Inquérito Policial (arts. 4º a 23 do CPP)

Acerca do inquérito policial no processo penal, assinale a alternativa correta.

(A) Não é possível a dedução de ação penal sem que haja, antes, a instauração de inquérito policial, dada a sua obrigatoriedade, para conferir justa causa à acusação.

(B) Embora não seja possível falar na incidência do contraditório, em sua plenitude, é cabível o exercício de defesa no inquérito, com direito de acesso aos atos já documentados.

(C) A instauração de inquérito policial, em qualquer tipo de crime, pode ser feita de ofício, pela autoridade, sem necessidade de autorização ou requerimento da vítima.

(D) Os atos investigatórios são de competência exclusiva da autoridade policial, sendo praticados sob sua presidência, no curso do inquérito, não tendo o Ministério Público qualquer ingerência sobre eles ou poder investigatório autônomo.

(E) O inquérito policial pode ser arquivado pela autoridade policial, administrativamente, quando patente a atipicidade do fato.

9. VUNESP - AG POL (PC RR)/PC RR/2022

Assunto: Direito Processual Penal - Inquérito Policial (arts. 4º a 23 do CPP)

Entre outras providências, nos exatos termos do art. 6º do CPP, logo que tiver conhecimento da prática de infração penal, a autoridade policial deverá

(A) apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos peritos criminais.

(B) colher as provas que servirem para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias, dispensando os indícios de menor importância.

(C) comunicar à Defensoria Pública para que, querendo, acompanhe os atos de Polícia Judiciária, ainda que o acusado já tenha indicado defensor.

CRIMINOLOGIA

CRIMINOLOGIA

1. VUNESP - INV POL (PC SP)/PC SP/2022

Assunto: Criminologia - Criminologia (conceito, objeto, método, função, finalidade)

Com relação ao objeto da criminologia, é correto afirmar que atualmente ele está dividido nas seguintes vertentes:

- (A) controle social, governo, delito e delinquente.
- (B) delinquente, governo, vítima e prevenção criminal.
- (C) delitos e penas.
- (D) governo, delito, delinquente e vítima.
- (E) delito, delinquente, vítima e controle social.

2. VUNESP - INV POL (PC SP)/PC SP/2022

Assunto: Criminologia - Criminologia (conceito, objeto, método, função, finalidade)

Com relação ao método da criminologia, é correto afirmar que ela se utiliza dos métodos

- (A) biológicos e sociológicos. Como ciência empírica e experimental que é, a criminologia utiliza-se da metodologia experimental, naturalística e indutiva para estudar o delinquente, não sendo suficiente, no entanto, para delimitar as causas da criminalidade.
- (B) matemático e experimental. Como ciência empírica e experimental que é, a criminologia utiliza-se da metodologia experimental, naturalística e indutiva para estudar o delinquente, não sendo suficiente, no entanto, para delimitar as causas da criminalidade.
- (C) filosófico, indutivo, biológicos e sociológicos. Como ciência empírica e experimental que é, a criminologia utiliza-se da metodologia experimental, naturalística e indutiva para estudar o delinquente, sendo suficiente para delimitar as causas da criminalidade.
- (D) empírico-filosófico e indutivo-experimental. Como ciência empírica e experimental que é, a criminologia utiliza-se da metodologia experimental, naturalística e indutiva para estudar o delinquente, sendo suficiente para delimitar as causas da criminalidade.
- (E) biológicos e sociológicos. Como ciência do “dever-ser” e experimental que é, a criminologia utiliza-se da metodologia lógica e dedutiva para estudar os fenômenos sociais que envolvem a criminalidade.

3. VUNESP - MED LEG (PC SP)/PC SP/2022

Assunto: Criminologia - Criminologia (conceito, objeto, método, função, finalidade)

A Criminologia é uma ciência

- (A) normativa.
- (B) indutiva.
- (C) do dever-ser.
- (D) dogmática.
- (E) axiológica.

4. VUNESP - DEL POL (PC RR)/PC RR/2022

Assunto: Criminologia - Criminologia (conceito, objeto, método, função, finalidade)

Assinale a alternativa correta quanto aos objetos da Criminologia.

- (A) O conceito de crime para a Criminologia é o mesmo conceito adotado para o Direito Penal, ou seja, o crime é um fato típico, antijurídico e culpável.
- (B) Para Escola Clássica da Criminologia, o criminoso é um ser que pecou, que optou pelo mal, embora pudesse e devesse escolher o bem.
- (C) A vítima, via de regra, foi protagonista no crime, motivo pelo qual é dado o nome de “idade de ouro da vítima” ao período compreendido desde os primórdios da civilização até o fim da Alta Idade Média.
- (D) Para alcançar as metas do Controle Social, as organizações sociais utilizam dois sistemas articulados entre si: o controle social formal, a exemplo de clubes de serviços; e o controle social informal, a exemplo do Direito Penal.
- (E) Para a Criminologia, o estudo da vítima passa por uma classificação – primária, secundária e terciária –, na qual a vitimização primária caracteriza-se pelo mau atendimento dos integrantes dos órgãos estatais, seja pela burocracia, seja pela falta de sensibilidade dos operadores do direito.

5. VUNESP - ESC POL (PC SP)/PC SP/2018

Assunto: Criminologia - Criminologia (conceito, objeto, método, função, finalidade)

Assinale a alternativa correta em relação ao conceito, método, objeto ou finalidade da Criminologia.

- (A) A finalidade precípua da Criminologia é fundamentar a tipificação criminal das condutas e as respectivas penas.
- (B) A vítima, primeiro objeto a ser estudado pela Criminologia, deixou de ser interesse dessa ciência a partir do surgimento da vitimologia.

(C) Uma das finalidades da Criminologia, no seu atual estágio de desenvolvimento, é questionar a própria existência de alguns tipos de crimes.

(D) Criminologia é uma ciência auxiliar do Direito Penal e a ele se circunscreve, visto ocupar-se das consequências dele decorrentes.

(E) Por ser uma categoria jurídica, o crime não é objeto de estudo da Criminologia, que se ocupa de seus efeitos.

6. VUNESP - ESC POL (PC SP)/PC SP/2018

Assunto: Criminologia - Criminologia (conceito, objeto, método, função, finalidade)

O objeto de estudo da Criminologia que mais traduz a função exercida pela polícia judiciária é

(A) o controle social.

(B) o autor do fato.

(C) a vítima.

(D) o criminoso.

(E) o crime.

7. VUNESP - DAT POL (PC SP)/PC SP/2018

Assunto: Criminologia - Criminologia (conceito, objeto, método, função, finalidade)

Em relação ao conceito e ao objeto de estudo da criminologia, assinale a alternativa correta.

(A) O atual estágio de desenvolvimento da criminologia exclui do seu conceito o estudo das causas exclusivamente individuais para a prática dos crimes, substituindo- o pela análise das dinâmicas sociais.

(B) É um ramo de conhecimento do Direito Penal, não podendo ser definida como ciência própria, visto que se ocupa do mesmo objeto.

(C) É uma ciência que tem por objetivo principal auxiliar a interpretação das normas criminais, sob o ponto de vista dogmático.

(D) É uma ciência que estuda o crime sob o ponto de vista jurídico.

(E) Após superar os equívocos das primeiras abordagens sobre o homem delinquente, exemplificadas nos estudos de Lombroso, a criminologia moderna mantém em seu conceito o estudo do criminoso.

8. VUNESP - AG TEL POL (PC SP)/PC SP/2018

Assunto: Criminologia - Criminologia (conceito, objeto, método, função, finalidade)

A criminologia

(A) é uma ciência do dever ser, conceitual e teórica, que não se utiliza de métodos biológicos e sociológicos.

(B) é uma ciência do dever ser, empírica e experimental, que se utiliza de métodos biológicos e sociológicos.

(C) é uma ciência do ser, empírica e experimental, que se utiliza de métodos biológicos e sociológicos.

(D) não é uma ciência, sendo reconhecida como doutrina alicerçada no ser e que se utiliza de métodos biológicos, sociológicos e empíricos.

(E) é uma ciência do ser, conceitual e teórica, que não se utiliza de métodos biológicos e sociológicos.

9. VUNESP - DEL POL (PC SP)/PC SP/2022

Assunto: Criminologia - Evolução Histórica e Escolas Criminológicas (Clássica, Positiva, Terza Scuola)

O criminoso era um ser que pecou, que optou pelo mal, embora pudesse e devesse escolher o bem. É correto afirmar que o enunciado se refere à Escola

(A) Contemporânea.

(B) Positiva.

(C) Clássica.

(D) Positiva Italiana.

(E) de Política Criminal.

10. VUNESP - DELEG (PC BA)/PC BA/2018

Assunto: Criminologia - Evolução Histórica e Escolas Criminológicas (Clássica, Positiva, Terza Scuola)

Em relação ao conceito de crime, de criminoso e de pena nas diversas correntes do pensamento criminológico e ao desenvolvimento científico de seus modelos teóricos, é **correto** afirmar:

(A) A criminologia científica nasceu no ambiente do século XVIII, recebendo contribuições da Escola Positivista, mas ganhando contornos mais precisos com a Escola Clássica.

(B) A criminologia crítica compreende que a finalidade da sociedade é atingida quando há um perfeito funcionamento das suas instituições, de forma que os indivíduos compartilhem as regras sociais dominantes.

(C) As teorias desenvolvidas nas escolas positivistas a partir do método dedutivo buscaram maximizar as garantias individuais na persecução penal e fora dela.

(D) No pensamento criminológico das escolas clássicas, identifica-se uma grande preocupação com os conceitos de crime e pena como entidades jurídicas e abstratas de modo a estabelecer a razão e limitar o poder de punir do Estado.

(E) Os modelos teóricos de integração que compõem a criminologia tradicional partem da premissa de que toda a sociedade está, a cada momento, sujeita a processos de mudança, exibindo dissensão e conflito, haja vista que todo elemento em uma sociedade contribui, de certa forma, para sua desintegração e mudança. Sendo assim, a sociedade é baseada na coerção de alguns de seus membros por outros.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

1. VUNESP - DEL POL (PC SP)/PC SP/2022

Criminalística e Medicina Legal - Lei nº 9.434/1997 - Transplante

A Lei nº 9.434/97 dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências. Em relação às sanções penais e administrativas dessa Lei, é correto afirmar que

(A) deixar de recompor cadáver, devolvendo-lhe aspecto condigno, para sepultamento, ou retardar sua entrega aos familiares é passível de pena de detenção de um a seis meses.

(B) realizar transplante ou enxerto utilizando tecidos, órgãos ou partes do corpo humano de que se tem ciência terem sido obtidos em desacordo com os dispositivos dessa Lei é punível com pena de reclusão de quatro a oito anos e multa de 200 a 360 dias-multa.

(C) comprar ou vender tecidos, órgãos ou partes do corpo humano são crimes graves, com pena de reclusão de seis meses a dois anos e multa de 100 a 200 dias-multa.

(D) remover tecidos, órgãos ou partes do corpo de pessoa ou cadáver, em desacordo com as disposições dessa Lei, é punível com pena de reclusão de dois a seis anos e multa de 100 a 360 dias-multa.

(E) se o crime é cometido mediante paga ou promessa de recompensa ou por outro motivo torpe, a pena de reclusão é de oito a doze anos e multa de 300 a 450 dias-multa.

2. VUNESP - MED LEG (PC SP)/PC SP/2022

Criminalística e Medicina Legal - Lei nº 9.434/1997 - Transplante

A respeito da Lei nº 9.434/1997 (Remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento) é **correto** afirmar que

(A) não é permitida a remoção de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano para fins de transplante em situações em que o óbito é de causa mal definida, com indicação de verificação da causa médica da morte.

(B) o diagnóstico de morte encefálica feito em pacientes atendidos por qualquer estabelecimento de saúde é de notificação obrigatória às centrais de notificação, captação e distribuição de órgãos da unidade federada onde ocorrer.

(C) a doação de tecidos e órgãos do próprio corpo vivo, para fins terapêuticos ou para transplantes, é permitida a pessoa juridicamente capaz, a cônjuge ou parentes consanguíneos até o quarto grau, sendo vedada a doação à pessoa estranha, exceto de medula óssea.

(D) a retirada pós-morte de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano destinados a transplante ou tratamento somente ocorrerá após o diagnóstico de morte encefálica, constatada e registrada pelos médicos integrantes da equipe de remoção de transplante, certificada pelo Sistema Único de Saúde.

(E) o enxerto ou transplante somente se fará mediante consentimento expresso do receptor e, nos casos em que o receptor for criança ou adolescente, pelo consentimento de ambos os pais.

3. VUNESP - ENG (UNICAMP)/UNICAMP/CIVIL/2022

Assunto: Direito Administrativo - Objetivos, Fases e Formalidades (arts. 11 a 17 da Lei nº 14.133/2021)

Segundo a Lei Federal nº 8.666/1993, vigente ainda por mais dois anos após a promulgação da Lei Federal nº 14.133, promulgada em 1º de abril de 2021, em licitações públicas de obras e serviços de engenharia, uma das condições para análise de exequibilidade de uma proposta é que, em relação ao valor orçado pela administração, a proposta possua seu valor percentual mínimo de:

(A) 85%

(B) 82%

(C) 80%

(D) 75%

(E) 70%

4. VUNESP - PAA (UNICAMP)/UNICAMP/TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO/2023

Assunto: Direito Administrativo - Modalidades de Licitação (arts. 28 a 32 da Lei nº 14.133/2021)

Em um processo de licitação, o concurso admite, como critério de julgamento,

(A) maior desconto.

(B) técnica e preço.

(C) maior retorno econômico.

(D) menor preço.

(E) melhor técnica ou conteúdo artístico.

5. VUNESP - CONT (PREF PINDA)/PREF PINDAMONHANGABA/2023

Assunto: Direito Administrativo - Disposições Setoriais, Compras, Serviços (arts. 40 a 52 da Lei nº 14.133/2021)

- Sobre Licitações Internacionais, é correto afirmar que
- (A) são proibidas pelo arcabouço jurídico brasileiro.
 - (B) os fornecedores oriundos de países do Mercosul possuem vantagem em relação aos demais fornecedores.
 - (C) o pagamento deverá ser feito em dólar, independente da origem do licitante.
 - (D) o edital deverá estar em conformidade com as diretrizes da política monetária e do comércio exterior e atender às exigências dos órgãos competentes.
 - (E) as garantias de pagamento ao licitante brasileiro serão mais vantajosas do que aquelas oferecidas ao licitante estrangeiro.

6. VUNESP - PER CRIM (PC RR)/PC RR/ENGENHARIA CIVIL/2022

Assunto: Direito Administrativo - Fases da Licitação - Julgamento, Habilitação e Encerramento (arts. 55 a 71 da Lei nº 14.133/2021)

Segundo a legislação federal pertinente, da apresentação de propostas e lances, poderá ser exigida, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação. O valor percentual máximo da garantia de proposta, em relação ao valor estimado para a contratação, é

- (A) 1 %.
- (B) 5 %.
- (C) 10 %.
- (D) 15 %.
- (E) 25 %.

7. VUNESP - AG (PREF PERUÍBE)/PREF PERUÍBE/DESENVOLVIMENTO SOCIAL/2023

Assunto: Direito da Criança e do Adolescente - Lei nº 13.257/2016 - Estatuto da Primeira Infância (arts. 1º ao 17)

Considerando a relevância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil, foi instituída a Lei Federal no 13.257/2016, que dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância. Conforme o artigo 10 da referida Lei, os profissionais que atuam nos diferentes ambientes de execução das políticas e programas destinados à criança na primeira infância terão acesso garantido e prioritário à qualificação, sob a forma de especialização e atualização, em programas que contemplem, entre outros temas, a especificidade da primeira infância, a intersetorialidade na promoção do desenvolvimento integral, bem como a prevenção e a proteção contra

- (A) a desnutrição.
- (B) a evasão escolar.
- (C) a violência.
- (D) o *bullying*.
- (E) o sofrimento.

8. VUNESP - PROF (PREF JUNDIAÍ)/PREF JUNDIAÍ/SEM ÁREA/2022

Assunto: Direito da Criança e do Adolescente - Lei nº 13.257/2016 - Estatuto da Primeira Infância (arts. 1º ao 17)

Joel, aluno de pedagogia, ao estudar a Lei no 13.257/2016, verificou que em seu art. 3º está disposto que "A prioridade absoluta em assegurar os direitos da criança, do adolescente e do jovem, nos termos do art. 227 da Constituição Federal e do art. 4º da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990, implica o dever do Estado de estabelecer políticas, planos, programas e serviços para a primeira infância que atendam às especificidades dessa faixa etária, visando a garantir

- (A) seu bem-estar geral".
- (B) sua escolarização básica".
- (C) sua saúde e sua educação".
- (D) seu desenvolvimento integral".
- (E) seu acesso a uma vida digna".

9. VUNESP - AG (PREF PERUÍBE)/PREF PERUÍBE/DESENVOLVIMENTO SOCIAL/2023

Assunto: Direito da Criança e do Adolescente - Lei nº 13.431/2017 - Sistema de Garantia de Direitos de Menores Vítima ou Testemunha de Violência

O depoimento especial é o procedimento de oitiva de criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência perante autoridade policial ou judiciária. Deve ser realizado em local apropriado e acolhedor, com infraestrutura e espaço físico que garantam a privacidade da criança ou do adolescente.

Conforme estabelece o artigo 11 da Lei Federal no 13.431/2017, o depoimento especial deve seguir protocolos e, sempre que possível, será realizado

- (A) extraordinariamente.
- (B) uma única vez.
- (C) mediante demanda.
- (D) quantas vezes forem necessárias.
- (E) obrigatoriamente.

10. VUNESP - ASJ (TJ SP)/TJ SP/2022

Assunto: Direito da Criança e do Adolescente - Lei nº 13.431/2017 - Sistema de Garantia de Direitos de Menores Vítima ou Testemunha de Violência

A Lei no 13.431/17 altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, estabelecendo novos parâmetros para o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, implementando formas específicas para a escuta de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. Os dois modelos de escuta estabelecidos são: 1) a escuta especializada (artigo 7º da referida lei) e 2) o depoimento especial (artigo 8º). É correto afirmar, em relação ao depoimento especial, que constitui procedimento

MEDICINA LEGAL

MEDICINA LEGAL

1. VUNESP - MED LEG (PC SP)/PC SP/2022

Assunto: Criminalística e Medicina Legal - Medicina Legal (Aspectos Gerais)

Um homem de 54 anos privado de liberdade em regime fechado apresentou quadro clínico sugestivo de neoplasia maligna. Internado em ambiente hospitalar para investigação, foi evidenciada uma massa pulmonar com obstrução de vias aéreas e consequente infecção pulmonar compatível com etiologia bacteriana. O indivíduo evoluiu ao óbito ainda em ambiente hospitalar. Considerando a situação acima descrita, indique a alternativa

correta.

(A) Em se tratando de óbito por causa natural identificada em exames complementares, ocorrida em ambiente hospitalar, é dever do médico que assistiu ao óbito a emissão da declaração de óbito.

(B) Em se tratando de óbito por causa natural, sendo a causa não claramente determinada, ocorrido em ambiente hospitalar, o caso deverá ser encaminhado à necropsia no serviço de verificação de óbitos da localidade, sendo a declaração do óbito emitida pelo médico patologista que executou a necropsia.

(C) Em se tratando de óbito por causa natural em indivíduo privado de liberdade, a declaração de óbito deverá ser emitida pelo responsável médico do atendimento carcerário.

(D) A declaração de óbito poderá ser emitida por qualquer médico que assistiu e acompanhou o doente no ínterim da investigação clínica e diagnóstica. Porém, o caso deverá ser posteriormente encaminhado ao instituto médico legal para realização de corpo de delito indireto, juntamente com cópia do prontuário médico, cópias dos laudos dos exames complementares e da declaração de óbito.

(E) Embora se trate de óbito por causa natural, o caso deverá ser encaminhado à necropsia no instituto médico legal, considerando o contexto do indivíduo privado de liberdade, sendo a declaração de óbito emitida pelo médico legista que executou a necropsia.

2. VUNESP - MED-LEG (PC RR)/PC RR/2022

Assunto: Criminalística e Medicina Legal - Documentos Médico-Legais

Qual é o documento exarado pelo médico-legista após a exumação?

(A) Declaração de exumação.

(B) Laudo de exumação.

(C) Auto de exumação.

(D) Notificação de exumação.

(E) Atestado de exumação.

3. VUNESP - PER CRIM (PC RR)/PC RR/FÍSICA/2022

Assunto: Criminalística e Medicina Legal - Documentos Médico-Legais

Um laudo pericial é

(A) um relato técnico para avaliar determinada situação apresentada por uma vítima ou testemunha.

(B) uma variedade de prova, cuja produção é suportada por fundamentos técnicos e científicos e que tem por finalidade determinar uma garantia a respeito da dinâmica, da autoria e da materialidade de certos fatos e de seus efeitos.

(C) um instrumento que tem como objetivo coletar a opinião de um especialista que não conhece os fatos da ocorrência.

(D) documento de natureza técnico-científica, elaborado por qualquer cidadão, com a função de fundamentar a convicção do júri pela demonstração da materialidade.

(E) é a prova produzida pela defesa para estabelecer a certeza sobre determinado fato.

4. VUNESP - MED-LEG (PC RR)/PC RR/2022

Assunto: Criminalística e Medicina Legal - Documentos Médico-Legais

Em relação aos documentos médico-legais, a descrição é a parte mais importante

(A) do Laudo Médico Legal.

(B) do Parecer Médico Legal.

(C) do Depoimento Médico Legal.

(D) da Declaração Médico legal.

(E) da Notificação Médico Legal.

5. VUNESP - DEL POL (PC SP)/PC SP/2022

Assunto: Criminalística e Medicina Legal - Traumatologia: Aspectos gerais e lesões corporais

Em relação à traumatologia forense, é correto afirmar que

- (A) a primeira e a segunda Lei de Filhos são aplicadas aos instrumentos cortantes que causam feridas de comprimento maior que a profundidade e os formatos fusiformes e elípticos.
- (B) instrumento contundente, conforme a Lei de Langer, produz ferimento de formas bizarras, que não se assemelham ao formato do objeto.
- (C) lesões corporais seguidas de morte são aquelas que ocorrem com a intenção de causar dano de forma grave, mas acabam por produzir como resultado a morte.
- (D) constitui uma lesão gravíssima a interrupção da gravidez normal e não patológica, em qualquer fase da gestação, resultante de uma ofensa corporal.
- (E) a lesão é classificada como grave quando leva à incapacidade para ocupações habituais por mais de 14 dias.

6. VUNESP - MED LEG (PC SP)/PC SP/2022

Assunto: Criminalística e Medicina Legal - Traumatologia: Aspectos gerais e lesões corporais

Em uma avaliação para caracterização de lesão corporal, o Médico Legista concluiu que a vítima ficou incapacitada de realizar suas ocupações habituais por 3 meses e apresenta como seqüela diminuição significativa da força no membro superior esquerdo. Segundo o Art. 129 do Código Penal, a lesão corporal descrita acima configura uma

- (A) lesão culposa.
- (B) lesão gravíssima.
- (C) lesão grave.
- (D) lesão leve.
- (E) incide o aumento de pena se a lesão foi produzida por pessoa com deficiência.

7. VUNESP - MED-LEG (PC RR)/PC RR/2022

Assunto: Criminalística e Medicina Legal - Traumatologia: Aspectos gerais e lesões corporais

Em infortunística acidentária, adota-se a doutrina do risco profissional. Entende-se por risco genérico aquele

- (A) que incide sobre todas as pessoas, quaisquer que sejam suas atividades ou ocupações.
- (B) a que está sujeito determinado obreiro, por força do trabalho que exerce.
- (C) a que está sujeito o trabalhador, determinado pelas peculiaridades do trabalho ou das condições em que este é executado.
- (D) que incide sobre todas as pessoas, as quais exercem determinado tipo de trabalho.
- (E) a que está sujeito todos os profissionais que exercem trabalhos na indústria, excluindo os trabalhadores de áreas administrativas.

8. VUNESP - MED LEG (PC SP)/PC SP/2022

Assunto: Criminalística e Medicina Legal - Traumatologia: energia de ordem física

Considerando a situação de um cadáver encontrado em um incêndio, qual das alterações abaixo é relevante para indicar a ação intravital do fogo?

- (A) Bolhas cutâneas com conteúdo líquido não protéico.
- (B) Ausência de infiltrado inflamatório em torno de ferida na pele.
- (C) Fratura óssea.
- (D) Fuligem em vias aéreas.
- (E) Coágulos intravasculares.

9. VUNESP - MED-LEG (PC RR)/PC RR/2022

Assunto: Criminalística e Medicina Legal - Traumatologia: energia de ordem física

O Sinal de Lichtenberg encontrado em cadáveres corresponde a

- (A) lesões provenientes de eletricidade cósmica.
- (B) orifício de entrada de projétil de arma de fogo em crânio.
- (C) lesão característica de geladuras.
- (D) explosão timpânica nos barotraumas.
- (E) lesão característica da intermação.

10. VUNESP - ODON-LEG (PC RR)/PC RR/2022

Assunto: Criminalística e Medicina Legal - Traumatologia: energia de ordem física

Nos agentes físicos não mecânicos, a ação localizada do frio produz uma lesão caracterizada pela necrose dos tecidos moles com formação enegrecida que é conhecida como sendo uma

- (A) queimadura tipo especial.
- (B) geladura de primeiro grau.
- (C) geladura de segundo grau.
- (D) geladura de terceiro grau.
- (E) queimadura tipo simples.

11. VUNESP - MED LEG (PC SP)/PC SP/2022

Assunto: Criminalística e Medicina Legal - Traumatologia: energia de ordem mecânica e Balística Forense de efeitos (lesões)

A morfologia do ferimento de entrada de um projétil de arma de fogo permite inferir a que distância ocorreu o disparo e o sentido da trajetória do projétil. Assimsendo, assinale a alternativa

- correta.
- (A) O sinal de werkgaertner resulta da impressão na pele, no ferimento de entrada, do tiro a longa distância.
- (B) O projétil com trajetória oblíqua disparado a uma longa distância determina na vítima um ferimento de entrada com formato circular.

DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. VUNESP - DEL POL (PC SP)/PC SP/2022

Assunto: Direito Constitucional - Constituição: conceito, estrutura, supremacia e classificação

Considerando o entendimento doutrinário consolidado sobre a classificação das Constituições, assinale a alternativa **correta**.

- (A) A Constituição normativa é a que logra ser fielmente cumprida por todos os interessados, limitando, efetivamente o poder, enquanto a semântica é a formalização do poder de quem o detém no momento.
- (B) A Constituição material é aquela que possui apenas matérias tipicamente constitucionais, enquanto as formais são as que possuem normas constitucionais e normas não constitucionais.
- (C) As Constituições estatutárias traçam metas, programas de ação e objetivos para as atividades do estado nos domínios econômico, social e cultural, enquanto as dirigentes concentram a sua atenção normativa nos aspectos de estrutura de poder.
- (D) A Constituição cesarista é aquela feita e imposta ao povo pelo governante, enquanto a promulgada é a feita pelo governante, mas submetida à apreciação posterior do povo.
- (E) A Constituição semirrígida é aquela que possui normas submetidas ao mesmo procedimento de alteração das demais leis, bem como normas que não podem ser alteradas.

2. VUNESP - ADV (DOCAS PB)/DOCAS PB/2022

Assunto: Direito Constitucional - Eficácia das Normas Constitucionais

A Constituição Federal estabelece a contribuição a ser fixada pela assembleia geral da categoria profissional, que será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical (art. 8o, IV) e, ainda, garante o direito de greve aos servidores públicos (art. 37, VII). Essas normas constitucionais são consideradas, **respectivamente**, de eficácia

- (A) plena e contida.
- (B) plena e limitada.
- (C) limitada e plena.
- (D) contida e limitada.
- (E) contida e plena.

3. VUNESP - DEL POL (PC RR)/PC RR/2022

Assunto: Direito Constitucional - Métodos e princípios de interpretação das normas constitucionais

Essa técnica foi aplicada no julgamento da ADI 1946, na qual o STF decidiu que o art. 14 da EC 20/98, que instituiu o teto para os benefícios previdenciários do RGPS, não deve ser aplicado ao benefício do salário maternidade (licença gestante), que deve ser pago sem sujeição a teto e sem prejuízo do emprego e do salário, conforme o art. 7o, XVIII, da CF.

Essa decisão do STF utilizou-se da técnica denominada de

- (A) interpretação conforme a Constituição sem redução de texto.
- (B) declaração parcial de inconstitucionalidade com redução de texto.
- (C) declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto.
- (D) interpretação conforme a Constituição com redução de texto.
- (E) mutação constitucional.

4. VUNESP - AG ADM (CAMPREV)/CAMPREV/2023

Assunto: Direito Constitucional - Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

A respeito dos princípios fundamentais da Constituição da República de 1988, assinale a alternativa **correta**.

- (A) O pluralismo político constitui um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.
- (B) Todo o poder emana do povo, que o exerce diretamente, por meio de representantes eleitos, ou indiretamente, por meio de plebiscito e referendo, nos termos da Constituição.
- (C) São Poderes da União, autônomos e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo, o Judiciário e Moderador.
- (D) A concessão de asilo político não é um dos princípios de relações internacionais da República Federativa do Brasil.
- (E) A República Federativa do Brasil buscará a integração étnica, política, tecnológica e cultural dos povos da América do Sul, visando à formação de uma comunidade sul-americana de povos.

5. VUNESP - SOLD (PM SP)/PM SP/2ª CLASSE/2023
Assunto: Direito Constitucional - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Considere que Luciana tem um filho de sete meses de vida, amamenta, mas foi devidamente processada, julgada e condenada pela prática do crime de roubo. Com base na situação hipotética e no disposto na Constituição Federal, é **correto** afirmar:

- (A) admite-se que Luciana seja condenada à pena de caráter perpétuo, mas não a penas cruéis.
- (B) Luciana poderá ser condenada a cumprir pena de trabalhos forçados.
- (C) em face do princípio da isonomia, a Constituição determina que a pena deverá ser cumprida no mesmo tipo de estabelecimento penal, não havendo distinção de acordo com a natureza do delito e a idade da apenada.
- (D) assegura-se à Luciana o respeito à integridade física e moral, e a ela não deve ser aplicada a pena de banimento.
- (E) como o filho de Luciana já tem mais de seis meses de vida, não lhe é assegurada a possibilidade de permanecer com seu filho durante o período de amamentação.

6. VUNESP - ESC (TJ SP)/TJ SP/2023
Assunto: Direito Constitucional - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Autoridade municipal, no período noturno, pretendia fazer uso temporário de propriedade particular pertencente a Joaquim, diante de uma situação real de iminente perigo público, mas Joaquim recusou, sustentando a inviolabilidade de domicílio, muito embora domiciliado em outro imóvel. Sobre a situação narrada, assinale a alternativa **correta** à luz da previsão da Constituição Federal de 1988.

- (A) Agiu corretamente a autoridade municipal, pois o iminente perigo público autoriza a utilização da propriedade particular, mediante indenização ulterior, se houver dano.
- (B) A Constituição equipara, para fins de proteção, propriedade e casa, não admitindo o uso temporário de propriedade particular.
- (C) É autorizado o uso da propriedade, mas Joaquim fará jus à indenização decorrente do uso, mesmo não ocorrendo dano à propriedade.
- (D) A Constituição somente autoriza o uso de propriedade particular pelo poder público no período diurno.
- (E) É permitido o uso da propriedade, e diante da situação emergencial não há a previsão de indenizabilidade ulterior.

7. VUNESP - ANA (PREF PINDA)/PREF PINDAMONHANGABA/RECURSOS HUMANOS/2023
Assunto: Direito Constitucional - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

No tocante às associações, a Constituição Federal estabelece que

- (A) é livre a sua criação e funcionamento, para fins lícitos, salvo as de caráter paramilitar que dependem de autorização expressa do Exército Brasileiro.
- (B) a sua criação e, na forma da lei, a de cooperativas dependem de autorização, sendo, porém, vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
- (C) só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, mas, no primeiro caso, será exigido o trânsito em julgado.
- (D) as entidades associativas, independentemente de autorização, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.
- (E) ninguém poderá ser compelido a associar-se, mas uma vez integrante da associação terá o dever de permanecer associado, sob pena de multa.

8. VUNESP - PJUR (PIRACICABA)/PREF PIRACICABA/2023
Assunto: Direito Constitucional - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Sobre os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- (A) Os direitos e garantias fundamentais são assegurados igualmente aos brasileiros e estrangeiros não residentes no Brasil, podendo esses últimos impetrar *habeas corpus* e ingressar com ação popular.
- (B) As normas definidoras dos direitos e garantias individuais têm eficácia plena e aplicabilidade imediata.
- (C) Têm aplicabilidade à relação entre o Estado e o cidadão, não possuindo eficácia horizontal.
- (D) Têm eficácia dirigida ao poder executivo, não sendo voltados ao poder legislativo.
- (E) São exemplos de direitos fundamentais dos estrangeiros o direito à naturalização extraordinária e a concessão de asilo político.

9. VUNESP - TEC LEG (CMSJC)/CM SJC/2022
Assunto: Direito Constitucional - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Suponha que João cometeu um crime e após o trâmite regular do processo foi considerado culpado e, conseqüentemente, condenado a cumprir pena. De acordo com o disposto no art. 5º da Constituição Federal, é **correto** afirmar que a pena imputada a João poderá ser de

- (A) morte, caso ele tenha cometido crime hediondo.
- (B) caráter perpétuo, caso ele tenha cometido crime de racismo.
- (C) trabalhos forçados.
- (D) interdição de direitos.
- (E) banimento.

DIREITOS HUMANOS

DIREITOS HUMANOS

1. VUNESP - NER (TJ SP)/TJ SP/REMOÇÃO/2022

Assunto: Direito Constitucional - Constitucionalismo e neoconstitucionalismo

A dignidade da pessoa humana, prevista no art. 1º, inciso III, da Constituição Federal, pertence ao rol dos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil. Assinale a alternativa que mais se aproxima de sua origem histórica.

- (A) A noção de dignidade da pessoa humana originase no decorrer da Revolução Industrial, em razão da degradante condição dos trabalhadores nas fábricas.
- (B) O conceito de dignidade da pessoa humana remonta à Idade Média, momento em que a humanidade vivenciou a Renascença.
- (C) A dignidade da pessoa humana remonta ao direito natural moderno.
- (D) A dignidade da pessoa humana pertence ao chamado “direito à democracia”, produto, por sua vez, da quarta geração ou dimensão de direitos fundamentais.

2. VUNESP - NER (TJ SP)/TJ SP/PROVIMENTO/2022

Assunto: Direito Constitucional - Constitucionalismo e neoconstitucionalismo

Segundo o neoconstitucionalismo, os direitos fundamentais sociais são direitos prestacionais dotados de eficácia plena e aplicação imediata. Assinale a alternativa que melhor espelha o desenho teórico dessa corrente de pensamento sobre esses direitos.

- (A) Tais direitos estão na base da ideia de mínimo existencial e são potencializados pela ideia de máxima efetividade.
- (B) Tais direitos são limitados pela reserva do possível e pelas escolhas políticas decorrentes da democracia representativa.
- (C) Tais direitos se apresentam como direitos fundamentais, estão na base da ideia de vida digna e sujeitam-se à esfera de discricionariedade administrativa independentemente de sua inscrição nas modernas Constituições.
- (D) Tais direitos referem-se a normas programáticas, que têm o papel exclusivo de orientar o desenvolvimento do Estado.

3. VUNESP - DEL POL (PC SP)/PC SP/2022

Assunto: Direito Constitucional - Constituição: conceito, estrutura, supremacia e classificação

Considerando o entendimento doutrinário consolidado sobre a classificação das Constituições, assinale a alternativa **correta**.

- (A) A Constituição normativa é a que logra ser fielmente cumprida por todos os interessados, limitando, efetivamente o poder, enquanto a semântica é a formalização do poder de quem o detém no momento.
- (B) A Constituição material é aquela que possui apenas matérias tipicamente constitucionais, enquanto as formais são as que possuem normas constitucionais e normas não constitucionais.
- (C) As Constituições estatutárias traçam metas, programas de ação e objetivos para as atividades do estado nos domínios econômico, social e cultural, enquanto as dirigentes concentram a sua atenção normativa nos aspectos de estrutura de poder.
- (D) A Constituição cesarista é aquela feita e imposta ao povo pelo governante, enquanto a promulgada é a feita pelo governante, mas submetida à apreciação posterior do povo.
- (E) A Constituição semirrígida é aquela que possui normas submetidas ao mesmo procedimento de alteração das demais leis, bem como normas que não podem ser alteradas.

4. VUNESP - FIS TRIB (ARAÇATUBA)/PREF ARAÇATUBA/2023

Assunto: Direito Constitucional - Eficácia das Normas Constitucionais

“É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer” (art. 5º, XIII, Constituição Federal).

De acordo com a doutrina dominante tal norma é de eficácia

- (A) redutível e possui apenas eficácia positiva.
- (B) plena e tem eficácia positiva e negativa.
- (C) integral e possui apenas eficácia negativa.
- (D) contida e tem eficácia positiva e negativa.
- (E) limitada e tem apenas eficácia negativa.

5. VUNESP - JE TJSP/TJ SP/2023

Assunto: Direito Constitucional - Poder Constituinte (originário, derivado, reformador, revisor, decorrente etc)

Leia o texto com que Carlos Ayres Britto inicia sua obra "Teoria da Constituição", ao tratar do Poder Constituinte:

"O meu filho Marcel tinha cinco anos de idade, quando travou comigo o seguinte diálogo:

- *Meu pai, é verdade que Deus tudo pode?*
- *É verdade, sim, meu filho. Deus tudo pode.*
- *E se Deus quiser morrer?*
- *Bem, aí você me obriga a recompor a ideia. Deus tudo pode, é certo, menos deixar de tudo poder. Logo, Deus tem que permanecer vivo, porque somente assim Ele vai prosseguir sendo Aquele que tudo pode."*

Após essa reflexão, defende o autor que

(A) não há distinção relevante entre o Poder Constituinte originário e o Poder reformador da Constituição, pois ambos se apresentam como expressões de idêntica soberania e instrumentos para dar concretude ao Estado, na forma prescrita pelo Ordenamento Jurídico.

(B) o Poder Constituinte originário, manifestação primária de soberania que inaugura o Ordenamento Jurídico e cria o Estado ao fazer a Constituição, não se confunde com o Poder reformador, que é o poder de constituir normas constitucionais na forma regimental.

(C) há imprecisão e falta de técnica jurídica da distinção entre Poder Constituinte Originário e Poder reformador, porque ambos inovam o Ordenamento jurídico de forma similar.

(D) o Poder Constituinte originário inova o Ordenamento Jurídico a partir do regramento existente e o Poder reformador da Constituição, de igual modo, confere atualidade e eficácia, no tempo, às regras inicialmente postas.

6. VUNESP - DEL POL (PC SP)/PC SP/2022

Assunto: Direito Constitucional - Poder Constituinte (originário, derivado, reformador, revisor, decorrente etc)

Poder constituinte originário é o que cria uma Constituição. Assinale a alternativa **correta**, considerando as características desse importante instituto jurídico.

- (A) Não é possível a declaração de inconstitucionalidade de norma anterior à Constituição, com ela materialmente compatível, editada com desobediência à Constituição então vigente.
- (B) O Poder Judiciário pode exercer controle de constitucionalidade sobre preceitos estatuídos pelo poder constituinte originário.
- (C) O poder constituinte originário da origem à nova ordem jurídica, razão pela qual os diplomas infraconstitucionais perdem vigor com o advento de uma nova Constituição.

(D) O princípio da segurança das relações jurídicas não permite a restauração da eficácia de lei que perdeu vigência com o advento de uma nova Constituição, quando esta é revogada por uma terceira Constituição.

(E) As normas supervenientes do poder constituinte originário possuem como regra eficácia retroativa mínima e média e, excepcionalmente, eficácia retroativa máxima.

7. VUNESP - AG ADM (CAMPREV)/CAMPREV/2023

Assunto: Direito Constitucional - Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

A respeito dos princípios fundamentais da Constituição da República de 1988, assinale a alternativa **correta**.

- (A) O pluralismo político constitui um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.
- (B) Todo o poder emana do povo, que o exerce diretamente, por meio de representantes eleitos, ou indiretamente, por meio de plebiscito e referendo, nos termos da Constituição.
- (C) São Poderes da União, autônomos e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo, o Judiciário e Moderador.
- (D) A concessão de asilo político não é um dos princípios de relações internacionais da República Federativa do Brasil.
- (E) A República Federativa do Brasil buscará a integração étnica, política, tecnológica e cultural dos povos da América do Sul, visando à formação de uma comunidade sul-americana de povos.

8. VUNESP - O.S (PREF MARÍLIA)/PREF MARÍLIA/2023

Assunto: Direito Constitucional - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

A Constituição Federal Brasileira é considerada uma conquista histórica no que diz respeito à democracia e à cidadania. Ela prevê os direitos e as garantias fundamentais para quaisquer pessoas, bem como os direitos e deveres individuais e coletivos. O artigo 5º rege que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, e traz uma série de itens que tratam acerca desses direitos e deveres. Com relação ao item XLIV – constitui crime inafiançável e imprescritível:

- (A) desobediência aos policiais militares em suas execuções de trabalhos.
- (B) manifestações coletivas e populares advindas da sociedade civil.
- (C) a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
- (D) participação em movimentos sociais na luta por direitos sociais.
- (E) filiação a partidos comunistas para sua implantação no país.

DIREITO ADMINISTRATIVO

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. VUNESP - AUX ADM (CIOESTE)/CIOESTE/2023

Assunto: Direito Administrativo - Regime Jurídico da Administração e Regime Jurídico Administrativo

A respeito do princípio da supremacia do interesse público, é correto afirmar que

- (A) a sua existência autoriza o gestor público a agir sem prévia autorização em lei.
- (B) está expressamente previsto na Constituição Federal.
- (C) está diretamente relacionado ao dever de o agente público não realizar condutas que impliquem em favorecimento pessoal a terceiros.
- (D) é um princípio implícito da Administração Pública e considerado por parte da doutrina do Direito Administrativo como definidor do regime jurídico-administrativo.
- (E) representa o dever de o gestor público, ao agir, observar todo o Direito e não apenas a lei em sentido estrito.

2. VUNESP - FIS (PREF MARÍLIA)/PREF MARÍLIA/POSTURAS/2023

Assunto: Direito Administrativo - Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

Uma prefeitura brasileira resolveu desenvolver campanha publicitária sobre seu novo programa de fiscalização de posturas, visando informar e conscientizar os cidadãos com relação a dispositivos legais que vêm sendo desrespeitados com muita frequência. Tal campanha deverá

- (A) limitar-se ao caráter educativo, informativo ou de orientação social.
- (B) informar os nomes dos servidores públicos responsáveis pela fiscalização.
- (C) enaltecer a figura do chefe do executivo, como estratégia motivacional.
- (D) divulgar os nomes das autoridades responsáveis pela implementação da campanha.
- (E) evitar antecipar informação de que haverá ação fiscalizatória, para garantir o fator surpresa.

3. VUNESP - ODP (DPE SP)/DPE SP/2023

Assunto: Direito Administrativo - Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

A respeito dos princípios administrativos, assinale a alternativa **correta**.

- (A) Foi a Emenda Constitucional nº 20/1998 que acrescentou ao *caput* do art. 37 o princípio da eficiência.
- (B) A aplicação do princípio da impessoalidade não se relaciona, direta ou indiretamente, com o princípio da finalidade.
- (C) A doutrina tradicional prega que o conteúdo do princípio da moralidade é idêntico ao da legalidade.
- (D) O princípio da moralidade deve ser observado exclusivamente nas relações entre a Administração e os administrados em geral.
- (E) O princípio da publicidade pode ser concretizado por meio do direito de petição, das certidões, bem como da ação administrativa *ex officio* de divulgação de informações de interesse público.

4. VUNESP - AUX (PREF PERUÍBE)/PREF PERUÍBE/ADMINISTRATIVO/2023

Assunto: Direito Administrativo - Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

Como princípio básico da Administração Pública, a Publicidade refere-se

- (A) à forma como informações e campanhas governamentais devem ser conduzidas para o acesso da maioria da população.
- (B) às regras de veiculação em mídias eletrônicas e digitais (radio, tv, internet), discriminando formas e gênero de comunicação.
- (C) à prestação de contas públicas, a serem submetidos ao exame do judiciário por meio dos tribunais de contas.
- (D) à transparência da gestão e das práticas administrativas, servindo como controle e requisito de eficácia da administração.
- (E) à consolidação de gastos e investimentos na promoção e divulgação de políticas públicas em qualquer esfera de governo.

5. VUNESP - PAA (UNICAMP)/UNICAMP/TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO/2023 Direito Administrativo - Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

Observe a charge a seguir:



(Fonte: http://www. .com.br/ ver_noticia.php?noticia=16405)

A situação expressa na charge atenta diretamente contra o princípio da

- (A) legalidade.
- (B) impessoalidade.
- (C) moralidade.
- (D) publicidade.
- (E) eficiência.

6. VUNESP - ANA (EPC)/EPC/TÉCNICO NORMATIVO E DE CONTROLE INTERNO/2023

Direito Administrativo - Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

A respeito dos princípios do direito administrativo, assinale a alternativa **correta**.

- (A) O princípio da impessoalidade pode ser concretizado pelo exercício do direito de petição.
- (B) O princípio da eficiência deve ser observado em relação aos serviços administrativos internos dos entes federativos.
- (C) Atualmente, a Constituição Federal elenca no rol dos princípios administrativos o da efetividade.
- (D) O princípio da moralidade tem aplicação restrita ao âmbito do Poder Executivo e Legislativo.
- (E) Entre os princípios expressos na Constituição Federal, está o da indisponibilidade do interesse público.

7. VUNESP - ATEN (PIRACICABA)/PREF PIRACICABA/"SEM ÁREA"/2023

Assunto: Direito Administrativo - Princípios implícitos, reconhecidos e infraconstitucionais

O princípio implícito que norteia as atitudes da Administração Pública para que atue em benefício da coletividade sempre que houver conflito com o particular é o da

- (A) Indisponibilidade do Interesse Público.
- (B) Segurança Jurídica.
- (C) Supremacia do Interesse Público.
- (D) Sustentabilidade.
- (E) Diplomacia Governamental.

8. VUNESP - ESC (PIRACICABA)/PREF PIRACICABA/2023

Assunto: Direito Administrativo - Princípios implícitos, reconhecidos e infraconstitucionais

A administração indireta não possui relação de subordinação com a administração direta, mas está sujeita ao controle finalístico dos seus atos, conforme o princípio da

- (A) tutela.
- (B) autotutela.
- (C) eficiência.
- (D) segurança jurídica.

9. VUNESP - ANA (PREF PINDA)/PREF PINDAMONHANGABA/RECURSOS HUMANOS/2023

Direito Administrativo - Princípios implícitos, reconhecidos e infraconstitucionais

A prescrição e a decadência são fatos jurídicos por meio dos quais a ordem jurídica confere destaque ao princípio da

- (A) supremacia do interesse público.
- (B) segurança jurídica.
- (C) moralidade administrativa.
- (D) autotutela.
- (E) indisponibilidade do interesse público.

10. VUNESP - OF ADM (PREF PINDA)/PREF PINDAMONHANGABA/2023

Assunto: Direito Administrativo - Atos administrativos: espécies, classificação, fases de constituição

Quando o legislador confere ao agente público certa margem de liberdade de decisão dentro da lei, tem-se, por definição, um ato administrativo

- (A) vinculado.
- (B) regulamentador.
- (C) complexo.
- (D) discricionário.
- (E) interno.

11. VUNESP - ODP (DPE SP)/DPE SP/2023

Assunto: Direito Administrativo - Desfazimento do ato administrativo (Anulação, Revogação, Cassação, Caducidade, Contraposição)

A revogação do ato administrativo

- (A) ocorre ou por motivos de legalidade, ou por motivos de conveniência e oportunidade.
- (B) pode ser realizada pelo Judiciário ou pela própria Administração.
- (C) opera efeitos *ex tunc*.
- (D) pode ter caráter temporário, já que se admite a revogação da revogação, que terá automaticamente o efeito de repristinar o ato revogado.
- (E) não pode incidir sobre os denominados meros atos administrativos.

DIREITO CIVIL

DIREITO CIVIL

1. VUNESP - APGO (PREF JUNDIAÍ)/PREF JUNDIAÍ/DIREITO/2022 DIREITO CIVIL - DA PERSONALIDADE E DA CAPACIDADE (ARTS. 1º A 10)

No que diz respeito ao início da personalidade, é **correto** afirmar que o Código Civil adotou a teoria

- (A) natalista, na qual o início da personalidade ocorre com o nascimento com vida, sendo certo que o nascituro detém direitos desde a concepção.
- (B) personalidade condicional, na qual o nascimento com vida é uma condição suspensiva para a aquisição da personalidade e, por consequência, da detenção de direitos.
- (C) concepcionista, na qual o início da personalidade ocorre com a concepção, sendo certo que o nascimento se presta apenas para que se consolide a capacidade jurídica do nascituro.
- (D) augustiniana, na qual o início da personalidade se dará quando o nascituro tiver o cérebro parcialmente formado, proporcionando o início da geração de ondas cerebrais, utilizando o mesmo princípio da extinção da personalidade jurídica.
- (E) mista, na qual o início da personalidade se dá a partir do momento em que o embrião se fixa no útero, sendo necessário o nascimento com vida.

2. VUNESP - MED-LEG (PC RR)/PC RR/2022

Assunto: Direito Civil - Da personalidade e da capacidade (arts. 1º a 10)

O Código Civil em seu art. 6º preceitua que “a existência de pessoa natural termina com a morte”. Qual o nome do instituto jurídico presente no art. 8º do Código Civil que admite a morte simultânea de dois ou mais indivíduos em um mesmo momento, quando não se pode provar quem faleceu primeiro?

- (A) Morte súbita.
- (B) Primoriência.
- (C) Docimásia da agonia.
- (D) Premoriência.
- (E) Comoriência.

3. VUNESP - MED-LEG (PC RR)/PC RR/2022

Assunto: Direito Civil - Da personalidade e da capacidade (arts. 1º a 10)

O Código Civil, em seu art. 6º, preceitua que “a existência de pessoa natural termina com a morte”. Qual o nome do instituto jurídico presente no art. 8º do Código Civil, que admite a morte de dois ou mais indivíduos em um mesmo momento, quando não se pode provar quem faleceu primeiro?

- (A) Primoriência.
- (B) Premoriência.
- (C) Morte súbita.
- (D) Docimásia da agonia.
- (E) Comoriência.

4. VUNESP - PROC (CAMPREV)/CAMPREV/2023

Assunto: Direito Civil - Dos Direitos da personalidade (arts. 11 a 21)

Assinale a alternativa **correta** acerca dos direitos da personalidade.

- (A) O reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo e indisponível, assentado no princípio da dignidade da pessoa humana, devendo, no entanto, a pretensão ser exercida em até 10 (dez) anos a partir da maioridade do filho.
- (B) É possível a modificação do nome civil em decorrência do direito à dupla cidadania, de forma a unificar os registros à luz dos princípios da verdade real e da simetria.
- (C) A tutela da dignidade da pessoa humana na sociedade da informação não inclui o direito ao esquecimento, tendo em vista a liberdade de imprensa e manifestação, garantidos constitucionalmente.
- (D) Em caso de uso indevido do nome da pessoa com intuito comercial, o dano moral depende da prova da efetiva ofensa à honra objetiva da pessoa cujo nome foi utilizado de forma indevida.
- (E) Exige-se a prova inequívoca da má-fé da publicação (*actual malice*), para ensejar a indenização pela ofensa ao nome ou à imagem de alguém.

5. VUNESP - ADV (DOCAS PB)/DOCAS PB/2022
Assunto: Direito Civil - Dos Direitos da personalidade (arts. 11 a 21)

Assinale a alternativa **correta** acerca dos direitos da personalidade.

- (A) É defeso, para fins de transplante, o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.
- (B) É válida, com objetivo científico, econômico ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte, podendo o ato de disposição ser livremente revogado a qualquer tempo.
- (C) Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, podendo, entretanto, o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- (D) O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, salvo se provada a inexistência de intenção difamatória.
- (E) O cônjuge sobrevivente poderá exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade do morto, bem como reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

6. VUNESP - ADV (IPMB)/IPMB/2022
Assunto: Direito Civil - Dos Direitos da personalidade (arts. 11 a 21)

Uma rede de farmácias, buscando aumentar suas vendas, divulgou uma propaganda com um famoso jogador de futebol chamado João Bruno de Lima, mundialmente conhecido apenas como Tuco. A propaganda foi veiculada sem mencionar o verdadeiro nome de Tuco, mas apenas o seu pseudônimo "JB". Apesar de não ter intenção difamatória, acabou expondo JB ao desprezo público. Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) Para que o pseudônimo "Tuco" tenha a mesma proteção que se dá ao nome de João Bruno de Lima, ele deve ser averbado junto à certidão de nascimento.
- (B) Nesse caso, o nome, para ter proteção legal, deve ser compreendido do prenome, pseudônimo e sobrenome.
- (C) Caso o pseudônimo Tuco fosse utilizado para a prática de atividades ilícitas pela rede de farmácias, possuiria os mesmos direitos e deveres que se dá ao nome.
- (D) Por não ter intenção difamatória, o nome de Tuco poderia ser utilizado na propaganda, mesmo sem sua autorização, sendo ressalvado o uso da sua imagem.
- (E) O nome de Tuco não poderia ser empregado pela rede de farmácias em publicações que o expusesse ao desprezo público, ainda que sem intenção difamatória.

7. VUNESP - ACE (TCM SP)/TCM SP/CIÊNCIAS JURÍDICAS/2023
Assunto: Direito Civil - Disposições gerais - Pessoas Jurídicas (arts. 40 a 52)

Assinale a alternativa que trata especificamente de pessoas jurídicas de direito público interno.

- (A) Os Estados, inclusive os estrangeiros, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios.
- (B) Os Municípios e as autarquias, inclusive as associações públicas.
- (C) A União, os partidos políticos e as demais entidades de caráter público criadas por lei.
- (D) As autarquias, as associações, as fundações e os partidos políticos.
- (E) As autarquias, inclusive as associações públicas e todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional público.

8. VUNESP - JL (TJ RJ)/TJ RJ/2022
Assunto: Direito Civil - Disposições gerais - Pessoas Jurídicas (arts. 40 a 52)

No que diz respeito às pessoas jurídicas de direito privado, é **correto** afirmar que

- (A) sua dissolução será averbada no registro onde ela estiver inscrita, sendo necessária autorização ou aprovação do Poder Executivo.
- (B) o cancelamento da inscrição da pessoa jurídica será promovido após o encerramento da liquidação.
- (C) dissolvida a associação, o remanescente do seu patrimônio líquido será incorporado por outra associação designada pelo juiz, que se proponha a fim igual ou semelhante.
- (D) sua existência legal se inicia com a averbação do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo.
- (E) decai em três anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo do início efetivo das suas atividades.

9. VUNESP - PJUR (PIRACICABA)/PREF PIRACICABA/2023 DIREITO CIVIL - DAS FUNDAÇÕES (ARTS. 62 A 69)

Assinale a alternativa que corresponde a um dos requisitos necessários para a alteração do estatuto de uma fundação.

- (A) Deliberação por um terço dos competentes para gerir e representar a fundação.
- (B) Deliberação pela totalidade dos administradores da fundação.
- (C) Aprovação pelo órgão do Ministério Público no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- (D) Em caso de alteração que contrarie ou desvirtue o fim da fundação, a votação deverá ser unânime.
- (E) Caso o Ministério Público não aprove a alteração, o juiz a suprirá, a requerimento do interessado.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

1. VUNESP - ARQT (PREF PERUÍBE)/PREF PERUÍBE/2023 INFORMÁTICA - WORD 2016

Um usuário do MS-Word 2016, em sua configuração padrão, digitou e formatou um parágrafo contendo 5 palavras, conforme se vê a seguir. Todo o parágrafo com tipo de letra Ariel tamanho 18.

Projeto Estância **Balneária de Peruíbe**

Em seguida, selecionou todo o parágrafo e acionou a formatação sobrescrito. Ao fazer isso, o número de palavras que tiveram mudança em sua formatação é

- (A) 5.
- (B) 4.
- (C) 3.
- (D) 2.
- (E) 1.

2. VUNESP - ANA (PREF PINDA)/PREF PINDAMONHANGABA/AMBIENTAL/2023

ASSUNTO: INFORMÁTICA - WORD 2016

Tem-se a seguinte tabela, criada no Microsoft Word 2016, em sua configuração padrão:

Ao posicionar o cursor do mouse na última célula e pressionar TAB,

- (A) uma nova linha será criada com 1 coluna.
- (B) uma nova linha será criada com 2 colunas.
- (C) uma nova linha será criada com 3 colunas.
- (D) duas novas linhas serão criadas, sendo a primeira com 1 coluna e a segunda com 3 colunas.
- (E) duas novas linhas serão criadas, sendo a primeira com 2 colunas e a segunda com 1 coluna.

3. VUNESP - SEC (CM BADA BASSIT)/CM BADA BASSIT/2023

ASSUNTO: INFORMÁTICA - WORD 2016

No MS-Word 2016, em sua configuração padrão, um usuário pode copiar a formatação de um texto, como cor, tamanho de fonte e estilo de fonte e aplicá-la a outro texto usando a funcionalidade _____. Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do enunciado.

- (A) Instantâneo
- (B) SmartArt
- (C) Caixa de Texto
- (D) AutoForma
- (E) Pincel de Formatação

4. VUNESP - AUX ADM (CIOESTE)/CIOESTE/2023

Assunto: Informática - Word 2016

Um usuário do MS-Word 2016, em sua configuração padrão, digitou e formatou um parágrafo contendo 5 palavras conforme se vê a seguir. Todo o parágrafo foi formatado com mesmo tipo de letra e mesmo tamanho de Fonte.

Consórcio Intermunicipal da ~~Região Oeste~~

Assinale a alternativa que apresenta a palavra em que foi aplicado o maior número de formatações de Fonte.

- (A) Consórcio
- (B) Intermunicipal
- (C) da
- (D) Região
- (E) Oeste

5. VUNESP - PROF (PREF ST ANDRÉ)/PREF SANTO ANDRÉ/ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO/2023 INFORMÁTICA - WORD 2016

No MS-Word 2016, em sua configuração padrão, para acionar a função de verificação ortográfica, um professor de atendimento educacional especializado pode utilizar o atalho por teclado

- (A) F7
- (B) F6
- (C) F5
- (D) F3
- (E) F1

6. VUNESP - ENG (PREF JUNDIAÍ)/PREF JUNDIAÍ/CIVIL/2022

ASSUNTO: INFORMÁTICA - WORD 2016

No MS-Word 2016, em sua configuração padrão, a separação do texto em partes (páginas/seções) definida como 'Marca o ponto em que uma página termina e outra página começa' é chamada de Quebra

- (A) de Coluna.
- (B) Contínua.
- (C) de Página.
- (D) de Página Par.
- (E) Automática de Texto.

7. VUNESP - INV POL (PC SP)/PC SP/2022

Assunto: Informática - Word 2016

O Editor de texto MS-Word 2016, em português e em sua configuração padrão, permite a inserção de Caixa de Texto, sobre a qual é correto afirmar que ela

- (A) destina-se exclusivamente ao armazenamento de comentários inseridos no documento por meio da guia Revisão.
- (B) é também conhecida como SmartArt, permitindo a inserção de textos dentro de quaisquer tipos de formas, como quadrados, triângulos e círculos.
- (C) possibilita dar uma maior atenção ao texto digitado, deixando-o em evidência, como no caso de títulos ou citações.
- (D) só existe de forma associada ao WordArt.
- (E) tem sua aplicação exclusivamente nos cabeçalhos e rodapés dos documentos, locais nos quais se costuma ter textos apresentados de forma diferenciada.

8. VUNESP - DEL POL (PC SP)/PC SP/2022

Assunto: Informática - Word 2016

Considere os *softwares* em sua configuração padrão para responder à questão.

Um delegado de polícia está editando o texto de um inquérito no Microsoft Word 2016 e percebe que a cor da fonte de um parágrafo está diferente do restante do documento.

Para corrigir esta distorção, o delegado pode utilizar um recurso do grupo "Área de Transferência", da guia "Página Inicial", que copia a formatação de um local, no caso, um parágrafo com a cor da fonte correta, e aplica esta formatação a outro local, no caso, o parágrafo com a distorção.

O enunciado refere-se ao recurso:

- (A) Cor da Fonte.
- (B) Pincel de Formatação.
- (C) Espaçamento de Linha e Parágrafo.
- (D) Alterar Estilos.
- (E) Limpar Formatação.

9. VUNESP - AGSP (PRES PRUDENTE)/PREF PRES PRUDENTE/2022

ASSUNTO: INFORMÁTICA - WORD 2016

Observe a imagem a seguir, que contém um trecho de um relatório preparado por um usuário por meio do MS-Word 2016, em sua configuração padrão, para descrever uma ocorrência de trânsito.

Descrição da Ocorrência de Trânsito

Das 5 palavras contidas no trecho da imagem exibida, quantas estão formatadas com itálico ou negrito?

- (A) 1
- (B) 2
- (C) 3
- (D) 4
- (E) 5

10. VUNESP - BIBL (PIRACICABA)/PREF PIRACICABA/2022

ASSUNTO: INFORMÁTICA - WORD 2016

Um usuário criou um documento de 10 páginas no Microsoft Word 2016, em sua configuração padrão, sendo que as páginas 1 a 3 estão formatadas com orientação retrato e as páginas de 4 a 10 com orientação paisagem. A página 5 está configurada como 2 colunas e a página 10 está vazia. Ao terminar a edição, esse usuário adicionou um logotipo e o nome da Prefeitura Municipal de Piracicaba no cabeçalho, sem fazer qualquer configuração diferente da original. Com isso, o logotipo foi adicionado na(s) página(s)

- (A) 1, apenas.
- (B) 1 a 3, apenas.
- (C) 1 a 3, e 5 a 9, apenas.
- (D) 1 a 9, apenas.
- (E) 1 a 10.

11. VUNESP - FARM (SAME FM)/SAME FM/2023

Assunto: Informática - Excel 2016

Tem-se a seguinte planilha, criada no Microsoft Excel 2016, em sua configuração padrão:

	A	B	C
1	4	13	10
2	3	12	6
3	10	6	9

Ao digitar, na célula A4, a função =CONT.NÚM(ME-NOR(A1:C3;3)), o resultado será:

- (A) 1
- (B) 3
- (C) 4
- (D) 5
- (E) 6